



Diário Oficial Jarinu

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -
Jardim da Saúde. Jarinu/SP
CEP 13240-000

(11) 4016-8200
www.jarinu.sp.gov.br

11 outubro 23

Edição nº 202

Página 1 de 10

SUMÁRIO

GOVERNO Leis Municipais	2
ADMINISTRAÇÃO Compras, Licitações e Contratos	6
ADMINISTRAÇÃO Portarias	6
ADMINISTRAÇÃO Convocações	8
ASSISTÊNCIA SOCIAL Bolsa Família	9

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu
CNPJ: 45.780.079/0001-59
Endereço: Praça Francisco Alves
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu
CNPJ: 01.569.688/0001-98
Endereço: Rua Antônio de Aguiar
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-4330



GOVERNO | Leis Municipais

LEI Nº 2.238 DE 05 DE OUTUBRO DE 2023

“Autoriza a criação do programa “PROGRAMA MULHERES VIVAM + SEGURAS”, com disponibilização de cursos destinados a mulheres a serem oferecidos pela rede de atendimento municipal.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a criação do programa “PROGRAMA MULHERES VIVAM + SEGURAS”, com a disponibilização de cursos destinados a mulheres pela rede de atendimento municipal de Jarinu.

§1º Os cursos mencionados no caput deste artigo englobarão, mas não se limitarão a:

I - Defesa pessoal;

II - Conscientização sobre violência de gênero;

III - Comunicação assertiva;

IV - Primeiros socorros básicos;

V - Empoderamento pessoal;

VI - Segurança digital;

VII - Conhecimento sobre direitos legais e recursos locais.

Art. 2º. Os cursos serão oferecidos gratuitamente e deverão ser amplamente divulgados para a população feminina do município.

Art. 3º. A Secretaria Municipal responsável pela área de políticas para mulheres ficará encarregada de coordenar e implementar os cursos, podendo firmar parcerias com entidades civis, organizações não governamentais e instituições de ensino.

Art. 4º. Os instrutores dos cursos deverão possuir formação e experiência comprovadas nas áreas dos cursos que ministrarão.

Art. 5º. A rede de atendimento municipal garantirá a acessibilidade aos cursos para mulheres com deficiências, assegurando que as aulas sejam inclusivas e adaptadas conforme as necessidades de todas as participantes.

Art. 6º. O Poder Executivo Municipal deverá regulamentar a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação, estabelecendo, entre outros, critérios para a seleção de instrutores, local de realização dos cursos e periodicidade.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jarinu, 05 de Outubro de 2023

Débora Cristina do Prado Belinello
Prefeita Municipal

Lei nº 2.239 de 06 de Outubro de 2023

“Declaração de utilidade pública municipal a Organização Social Jundiá de Esportes - CNPJ 03.650.507/0001-89.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica declarada como de utilidade pública municipal a Organização Social Jundiá de Esportes, inscrita no CNPJ sob o nº 03.650.507/0001-89.

Art. 2º. A entidade distinguida, salvo motivo justo, deverá apresentar anualmente até o dia 30 de abril, ao órgão competente do Governo Municipal, relatório de suas atividades realizadas e desenvolvidas no ano anterior, bem como publicar o balanço financeiro referente ao mesmo período.

Art. 3º. Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública caso a entidade:

I – deixar de cumprir as exigências do art. 2º.

II – substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar os serviços neles compreendidos.

III – alterar a sua denominação e, dentro de 90 (noventa) dias contados da averbação no registro público, não comunicar a ocorrência aos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Jarinu.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jarinu, 06 de outubro de 2023

Débora Cristina do Prado Belinello
Prefeita Municipal

Lei nº 2.240 de 09 de Outubro de 2023

“Dispõe sobre abertura de Crédito Especial por Excesso de Arrecadação”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo



62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais), conforme descrição abaixo.

02.08 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

02.08.02 DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

44.90.51.00.0000 Obras e Instalações

Fonte 07 Operação de Credito10.000.000,00

Art. 2º. O crédito aberto terá cobertura através de recursos provenientes de:

*Recurso proveniente de Operação de Credito FINISA.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jarinu, 09 de Outubro de 2023.

Débora Cristina do Prado Belinello
Prefeita Municipal

MAURICIO ALAN BERTOLOTTI
Secretário Municipal de Finanças

Lei nº 2.241 de 09 de Outubro de 2023

“Dispõe sobre abertura de Crédito Especial por anulação de dotação”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 130.080,00 (Cento e Trinta mil e Oitenta Reais), às seguintes dotações orçamentárias:

02.06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02.06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

33.90.46.00.0000 Auxílio Alimentação (F-4845)
....24.000,00

33.90.48.00.0000 Outros Auxilio Financeiros a Pessoa Física (F-4846) 92.000,00

33.90.49.00.0000 Auxílio Transporte (F-4855)
.....14.080,00

Código de Aplicação 300.0090 Programa Mais Médicos

Art. 2º. O crédito aberto terá cobertura através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02.06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02.06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

31.90.11.00.0000 Vencimentos e Vantagens (F-125)
.....130.080,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jarinu, 09 de outubro de 2023.

Débora Cristina do Prado Belinello
Prefeita Municipal

Lei nº 2.242 de 09 de Outubro de 2023

“Altera os dispositivos da Lei nº 2166 de 05 de maio de 2022, artigos 16, 17 e 22”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. O artigo 16 da Lei nº 2166 de 05 de Maio de 2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.16. Toda Supressão ou manejo de exemplar arbóreo isolado vivo ou morto, em área pública ou particular, somente será autorizado mediante assinatura e cumprimento de Termo de Compensação Ambiental (TCA), seja um exemplar arbóreo nativo, exótico ou extinção.

§1º. O Termo de Compensação Ambiental (TCA) a ser cumprido poderá ser através de plantio de mudas de árvores nativas com no mínimo 1,50 metros de altura e dentro da mesma Microbacia hidrográfica, considerando a localização do exemplar arbóreo suprimido:

I. No caso de exemplar arbóreo a suprimir for nativo isolado deverá ser feito a compensação na proporção de 20 (vinte) mudas de árvore nativa para cada espécime arbóreo suprimido.

II. No caso de exemplar arbóreo a suprimir for nativo isolado ameaçado de extinção deverá ser feito a compensação na proporção de 60 (sessenta) mudas de árvore nativa para cada espécime arbóreo suprimido.

III. No caso de exemplar arbóreo a suprimir for arbóreo exótico deverá ser feito a compensação na proporção de 6 (seis) mudas de árvore nativa para cada espécime arbóreo suprimido.

§2º. No caso previsto no §1º, o referido TCA será considerado cumprido mediante o plantio das mudas e manutenção adequada e substituição, caso a muda venha a morrer, pelo período de 3 (três) anos podendo ser prorrogado até que o responsável técnico da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente tenha indicado o desenvolvimento adequado das



mudas.

I. Deverão ser apresentados relatórios técnicos comprobatórios, contendo fotos, tanto de plantio quanto de acompanhamento durante o período de manutenção indicado no §2º desse artigo, na proporção mínima de um relatório de acompanhamento a cada 12 (doze) meses de manutenção do plantio.

II. Quando a opção de compensação for prevista no §1º deste artigo, a respectiva autorização só poderá ser emitida após a entrega do relatório técnico comprobatório de plantio de mudas, que deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de assinatura do Termo de Compensação Ambiental (TCA), prorrogável por igual período mediante justificativa a ser analisada.

III. À Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente fica reservado o direito de fiscalizar o plantio sempre que considerar necessário.

IV. Se verificar o descumprimento total ou parcial do TCA, inclusive mediante a não apresentação dos relatórios previsto no Inciso I deste parágrafo, ficará o responsável sujeito às penalidades previstas no Inciso V e VI do Art.22 desta lei.

V. Compensações que demandem o plantio a partir de 150 (cento e cinquenta) mudas, os respectivos relatórios de plantios e acompanhamento, deverão conter reconhecimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, assinada por profissional habilitado registrado no respectivo Conselho de Classe (CREA, CRBio entre outros).

§3º. O Termo de Compensação Ambiental (TCA) a ser cumprido deverá ser o recolhimento de valor Correspondente em VRMJ (Valor de Referência do Município de Jarinu), à conta do Fundo Municipal do Meio Ambiente, instituído pela Lei Municipal 1974, de 19 de setembro de 2014:

I. No caso de supressão de exemplar arbóreo nativo isolado deverá ser feita a compensação mediante o recolhimento de 200 (duzentos) VRMJ (Valor de Referência do Município de Jarinu), por cada espécime arbóreo nativo isolado a ser suprimido.

II. No caso de supressão de exemplar arbóreo nativo isolado ameaçado de extinção deverá ser feita a compensação mediante o recolhimento de 600 (seiscentos) VRMJ (Valor de Referência do Município de Jarinu), por espécime arbóreo nativo isolado ameaçado de extinção suprimido.

III. No caso de supressão de exemplar arbóreo exótico deverá ser feita a compensação mediante o recolhimento de 60 (sessenta) VRMJ (Valor de referência do Município de Jarinu), por espécime arbóreo exótico a ser suprimido

IV. A autorização deverá ser emitida em até 30 dias após a quitação do TCA, e o mesmo terá prazo de validade equivalente a 180 (cento e oitenta) dias após a sua emissão.

V. O valor correspondente deverá ser recolhido à conta do Fundo Municipal do Meio Ambiental nas seguintes formas:

a. O requerente poderá optar por pagamento a vista no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar a data de assinatura do Termo de Compensação Ambiental (TCA).

b. O requerente poderá optar por pagamento em 2 (duas) parcelas iguais com a primeira parcela em até 30 (trinta) dias corrido, quando o valor do Termo de Compensação Ambiental (TCA) for de até R\$ 3.000 (três mil reais), a contar da assinatura do Termo de Compensação Ambiental (TCA).

c. O requerente poderá optar por pagamento em 3 (três) parcelas iguais com a primeira parcela em até 30 (trinta) dias corridos, quando o valor do Termo de Compensação Ambiental (TCA) for de até R\$ 5.000 (cinco mil reais), a contar da assinatura do Termo de Compensação Ambiental (TCA).

d. O requerente poderá optar por pagamento em 4 (quatro) parcelas iguais com a primeira parcela em até 30 (trinta) dias corridos quando o valor do Termo de Compensação Ambiental (TCA) for de valores superiores à R\$ 5.000 (cinco mil reais), a contar da assinatura do Termo de Compensação Ambiental (TCA).

e. As autorizações de poda ou supressão só serão liberadas após a apresentação do comprovante de recolhimento do valor total devido à conta do Fundo Municipal do Meio Ambiente, nos prazos descrito nesse inciso.

§4º. Os espécimes arbóreos Pinus, Eucalyptus, espécimes frutíferas exóticas, Ficus Benjamina, Leucena e Falsa Murta, serão classificadas como não passíveis de multas ou Termo de Compensação Ambiental não o tornando isento de autorização previa emitida pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.”

Art. 2º. O artigo 17 da Lei nº 2166 de 05 de Maio de 2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.17. Não observado os prazos previstos §3º e no inciso IV, ambos do artigo anterior, a solicitação será arquivada devendo o interessado, caso ainda permaneça a necessidade de supressão abrir nova solicitação com apresentação das documentações conforme previsto no Art.18, da Lei nº 2166 de 05 de Maio de 2022, via protocolo.”

Art. 3º. O artigo 22 da Lei nº 2166 de 05 de Maio de 2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.22. Além das penalidades previstas na legislação Federal e Estadual, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, bem como das compensações previstas nesta Lei, as pessoas físicas e jurídicas que infringirem as disposições desta lei ficam sujeitas à:

I. Multa no valor equivalente a 350 (trezentos e cinquenta) VRMJ (Valor de Referência do Município de Jarinu), por espécime arbóreo suprimido sem prévia autorização emitida



pela Secretaria de Agricultura e meio ambiente, ou quando ocorrido fora do prazo;

II. Multa no valor equivalente a 350 (trezentos e cinquenta) VRMJ (Valor de Referência do Município de Jarinu), por cada espécime arbóreo, por injúrias físicas (corte, anilhamento, envenenamento, deposição de substâncias danosas à planta, outros), que possam comprometer o espécime arbóreo;

III. Multa no valor equivalente a 135 (Cento e trinta e cinco) VRMJ (Valor de Referência do Município de Jarinu), por podas de espécimes arbóreos sem autorização do órgão competente da Prefeitura Municipal;

IV. Multa no valor equivalente a 500 (quinhentos) VRMJ (Valor de Referência do Município de Jarinu), por deixar de atender às exigências legais ou regulamentares, ou, quando aplicável, aquelas da qual foi devidamente notificado pela autoridade ambiental competente, prazo concedido;

V. Multa no valor equivalente a 500 (quinhentos) VRMJ (Valor de Referência do Município de Jarinu), por descumprir total ou parcialmente Termo de Compensação Ambiental ou deixar de apresentar relatórios ou informações ambientais nos prazos exigidos pela legislação ou, quando aplicável, naquele determinado pela autoridade ambiental;

VI. Multa no valor equivalente a 1000 (mil) VRMJ (Valor de Referência do Município de Jarinu), por elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omissivo, no processo de obtenção de autorização ambiental;

VII. Multa no valor equivalente a 135 (cento e trinta e cinco) VRMJ (Valor de Referência do Município de Jarinu), por danificar, alterar ou modificar por meio ou modo o “Espaço Árvore”, sem prejuízo da obrigação de recompor as medidas e características originais do “Espaço Árvore”;

VIII. Embargo da obra ou a interdição da atividade conforme estabelece a lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

§1º. As multas poderão ser pagas à vista em até 30 (trinta) dias após o recebimento do Auto de Infração Municipal Ambiental – AIMA, ou pagamento dividido em até 3 (três) parcelas iguais, a) No prazo de 120 dias se não houver nenhum tipo de pagamento, estará sujeito a dívida ativa, e para a regularização o interessado deverá abrir novo protocolo e terá que responder como reincidência, para o novo protocolo aberto.

§2º. As multas serão aplicadas em dobro nos casos de reincidência de infração e nas seguintes hipóteses:

a) Corte de espécime arbóreo ameaçado de extinção ou declarado imune ao corte;

b) Corte realizado, com pedido em trâmite para avaliação;

c) Supressão de espécimes arbóreos em áreas verdes, praças ou jardins sem a respectiva autorização;

d) Realização de poda drástica;

e) Se observadas 3 (três) ou mais situações agravantes de que trata o Inciso II do Art. 41 da Lei Municipal N° 2150, de 09 de dezembro de 2021.

§3º. Fica verificada a reincidência o disposto no Art.42 da Lei Municipal N° 2150, de 09 de dezembro de 2021.

§4º. Observada 2 (duas) ou mais situações atenuantes de que trata o Art.40 da Lei Municipal N° 2150, de 09 de Dezembro de 2021, poderá pedir o parcelamento, conforme disposto no Art.16, §3º, inciso V, alíneas de A, B, C, D, E desta lei.

§5º. Os recursos provenientes da aplicação das multas previstas nesta Lei serão destinados ao Fundo Municipais do Meio Ambiente, instituído pela Lei Municipal 1974, 19 de Setembro de 2014.

§6º. Se o Infrator cometer simultaneamente duas ou mais infrações ser-lhe-á aplicada, cumulativamente, as penalidades a elas cominadas.

§7º. Nos casos em que houver a impossibilidade de identificação do espécime arbóreo suprimido (se nativo, exótico ou ameaçado de extinção) devido à remoção, descaracterização, ou qualquer outro motivo que impeça a correta identificação, a multa a ser aplicada e a respectiva exigência de compensação nos termos desta lei deverão ser feitas considerando o espécime arbóreo nativo e ameaçado de extinção.

§8º. O embargo da obra ou a interdição da atividade será aplicado conforme estabelece a lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e será aplicado cumulativamente às respectivas penalidades de multa consoante às infrações constatadas, permanecendo vigente até regularização das situações autuadas.

I. Considera-se regularização das situações autuadas, o pagamento das multas imposta em sua totalidade e o cumprimento do Termo Compensação Ambiental (TCA) devida, nos termos desta Lei

§9º. Os casos em que não couber o embargo da obra e/ou interdição parcial ou total da atividade, não dispensam o pagamento das multas impostas e o cumprimento do Termo de Compensação Ambiental devida, nos termos desta lei.”

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Jarinu, 09 de outubro de 2023.

Débora Cristina do Prado Belinello
Prefeitura Municipal

MARILIZA SCARELLI SORANZ
Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

**ADMINISTRAÇÃO | Compras, Licitações e Contratos****PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2023**

EDITAL Nº 067/2023 - PROCESSO ELETRÔNICO Nº 923/2023 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE INFRAESTRUTURA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

HOMOLOGAÇÃO

Homologo o procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 052/2023, do tipo menor preço por lote, o objeto às empresas:

AFM COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA-ME, lotes 01, 03, 04 e 05; SBR SOLUÇÕES EM BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS E COMERCIO LTDA, lote 02. Autorizando a lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços.

Jarinu, 10 de outubro de 2023

CARLA GEREZ DRESSENETI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2023

EDITAL Nº 068/2023 - PROCESSO Nº 015/2023 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA, EM AMBIENTE NUVEM, POR PRAZO DETERMINADO (LOCAÇÃO), COM ATUALIZAÇÃO MENSAL, QUE GARANTA AS ALTERAÇÕES LEGAIS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS, INCLUINDO, CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE E ATENDIMENTO TÉCNICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU.

HOMOLOGAÇÃO

Homologo o procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 053/2023, do tipo menor preço global, o objeto à empresa: Governançabrasil S/A Tecnologia E Gestão Em Serviços, pelo valor total de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), autorizando a lavratura do respectivo Contrato.

Jarinu, 10 de outubro de 2023

FABIO MARIANO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO | Portarias**PORTARIA Nº 12.466, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.**

“Concede prorrogação por 60 (sessenta) dias da Licença

Maternidade a pedido da Servidora Municipal Sra. GIULIA FORATTO PINTO exercendo os Empregos Públicos de PEB I e PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - C O N C E D E R a Sra. GIULIA FORATTO PINTO, portadora da Cédula de Identidade RG. 46.379.259-2-SSP/SP, CPF. 395.800.848-82 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 081843 Série 0318SP dos Empregos Públicos de PEB I e PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I, a prorrogação por 60 (sessenta) dias da Licença Maternidade a pedido da servidora no período de 03/10/2023 a 01/12/2023, devendo retornar ao trabalho imediatamente após o término do afastamento concedido.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE.

Município de Jarinu, 03 de Outubro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FABIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.467, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

“NOMEIA A SRA. CLEONIR DA SILVA BRAGA MARQUES APROVADA EM 43º LUGAR, NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023 - EDUCAÇÃO, PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - N O M E A R a Sra. CLEONIR DA SILVA BRAGA MARQUES, portadora da Cédula de Identidade RG. 30.122.398-1-SSP/SP, CPF. 256.977.998-96 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 73415 Série 0126-SP, aprovada em 43º lugar, no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023-EDUCAÇÃO, para ocupar o Emprego Público Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I, contratado pelo prazo de 180 dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE.



Município de Jarinu, 03 de Outubro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FABIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.468, DE 04 DE OUTUBRO DE 2023.

“EXONERA A PEDIDO O SR. TIAGO ELESBÃO NUNES, DO EMPREGO PÚBLICO DE SUPERVISOR ADMINISTRATIVO, REFERÊNCIA 17.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - E X O N E R A R a pedido o Sr. TIAGO ELESBÃO NUNES, portador da Cédula de Identidade RG. 53.692.666-9 SSP/SP, CPF. 478.821.008-89 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 63783 Série 389SP, do emprego público de SUPERVISOR ADMINISTRATIVO, referência 17.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 04 de Outubro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FABIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.469, DE 05 DE OUTUBRO DE 2023.

“Concede prorrogação por 60 (sessenta) dias da Licença Maternidade a pedido da Servidora Municipal Sra. MONIQUE EMANOELLE DA SILVA exercendo o Emprego Público de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - C O N C E D E R a Sra. MONIQUE EMANOELLE DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG. 40.810.682-7-SSP/SP, CPF. 377.154.638-92 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 57394 Série 00289SP do Emprego Público de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, a

prorrogação por 60 (sessenta) dias da Licença Maternidade a pedido da servidora no período de 05/10/2023 a 03/12/2023, devendo retornar ao trabalho imediatamente após o término do afastamento concedido.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 05 de Outubro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FABIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.470, DE 09 DE OUTUBRO DE 2023.

“EXONERA POR APOSENTADORIA a Sra. EDIZE REGINA DOTTA do emprego público de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – ARTES - MATRÍCULA 33316, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional nº 103/2019, bem como o estabelecido no Artigo 37, parágrafo 14 da Constituição Federal”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - EXONERAR POR APOSENTADORIA a Sra. EDIZE REGINA DOTTA, portadora da Cédula de Identidade RG. 16.966.937-3 SSP/SP, CPF. 097.026.348-14 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 093697 Série 00032-SP, do emprego público de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – ARTES - MATRÍCULA 33316, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional nº 103/2019, bem como o estabelecido no Artigo 37, parágrafo 14 da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 09 de Outubro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FABIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 12.471, DE 09 DE OUTUBRO DE 2023.**

“EXONERA POR APOSENTADORIA a Sra. EDIZE REGINA DOTTA do emprego público de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – ARTES - MATRÍCULA 3003035, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional nº 103/2019, bem como o estabelecido no Artigo 37, parágrafo 14 da Constituição Federal”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - EXONERAR POR APOSENTADORIA a Sra. EDIZE REGINA DOTTA, portadora da Cédula de Identidade RG. 16.966.937-3 SSP/SP, CPF. 097.026.348-14 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 093697 Série 00032-SP, do emprego público de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – ARTES - MATRÍCULA 3003035, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional nº 103/2019, bem como o estabelecido no Artigo 37, parágrafo 14 da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 09 de Outubro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FABIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

ADMINISTRAÇÃO | Convocações**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 101/2023, DE 09 DE OUTUBRO DE 2023.****CONVOCAÇÃO**

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II-ARTES	18A	25 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
BRUNA FERREIRA DE LIMA PEREIRA	4º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 09 de Outubro de 2023.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 102/2023, DE 09 DE OUTUBRO DE 2023.**CONVOCAÇÃO**

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II-ARTES	18A	25 HORAS SEMANAIS



CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
EDUARDA REBOUÇAS RUY	5º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 09 de Outubro de 2023.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 103/2023, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II-ARTES	18A	25 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
GISELE CORREA ROSA DE SOUSA	6º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço

Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 10 de Outubro de 2023.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

ASSISTÊNCIA SOCIAL | Bolsa Família

A Prefeitura Municipal de Jarinu, por meio da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, convoca as famílias listadas abaixo para reunião de Descumprimento de Condicionabilidade do Programa Bolsa Família, com objetivo de orientar e esclarecer as famílias sobre procedimento para regularizar situação do benefício.

Data: 20/10/2023

Horário: 09h30

Local: CCI - Centro Convivência de Idoso - Avenida José mauro Soraz, 51 - Centro.

Programa Bolsa Família - Relatório de Repercussão

UF: SP

Município: Jarinu

Período da Repercussão: Setembro/2023

Nº da Linha	Nome do Responsável Familiar
1	ADRIANA DA SILVA
2	ADRIENE FERREIRA AMBROSIO
3	ALINE CRISTINE RAMOS CAVEAGNA
4	ANA KELRIA CARNEIRO DE SOUSA
5	ANDREA APARECIDA FERREIRA
6	ARLETE MARIA SOARES DE JESUS
7	BRUNA CARDOSO SOARES
8	CARLA FRANCINI COLGO
9	CARLA FRANCINI COLGO
10	CRISTIANE DA SILVA PRADO
11	CRISTINA APARECIDA FERREIRA



12	DALVA MARIA DE TOLEDO
13	DANIELE CRISTINA LIMA DA SILVA
14	DANIELE SILVA SANTOS
15	DAYSE CRISTIANE DA SILVA OLIVEIRA
16	DEBORA CRISTINA SOUZA GOMES
17	DILENE FERREIRA DE BRITO
18	DINORAH DE OLIVEIRA
19	DYMILLIM ELIZAMA OLIVEIRA RAMOS DA SILVA
20	EDILMA CLARA DA SILVA
21	ELAIS BIANCA DA SILVA BARBOSA
22	EVELYN APARECIDA ALVES DE MORAIS
23	FERNANDA MURBA DE OLIVEIRA
24	FERNANDO SALES BUENO
25	GABRIELA DA SILVA ALVES
26	INGRID KRUTLI BEZERRA
27	JESSICA ALINE KELLER
28	JESSICA FLORENTE DOS SANTOS
29	JOICE APARECIDA RODRIGUES
30	JOSICLEIDE RODRIGUES PINHEIRO
31	JOYCE APARECIDA VIANA REIS
32	JOYCE APARECIDA VIANA REIS
33	JOYCE CALDEIRA PINTO DOS SANTOS
34	JULIANA BRANCO DA SILVA
35	KATIA VANESSA PIRES
36	KEROLINE MORAIS DE OLIVEIRA
37	LETICIA RODRIGUES DA SILVA
38	LILIAN DOS SANTOS MATEUS
39	LUIZA ARAUJO DOS SANTOS
40	MAGDA BORGES DA SILVA
41	MARCIANA ROSA DE OLIVEIRA
42	MARCIANA ROSA DE OLIVEIRA
43	MARIA APARECIDA LEONEL
44	MARIA LUCIANA DOS SANTOS
45	MARIA MARTA DE OLIVEIRA SOUZA
46	MARIA REGIA RODRIGUES DA SILVA
47	MARICEUMA DOMINGUES BARBOSA
48	MARINA PEREIRA DA FONSECA
49	MAYZA ROCHA BRAGA
50	MICHELLE CARDOSO DOS SANTOS VIEIRA
51	NICOLLE LIGIAN DA SILVA FELIPE
52	PATRICIA DA SILVA SANTOS
53	PERLA GESIANE GONCALVES DA SILVA APONTE MARTINEZ
54	RAUDICLEIA PEREIRA BARBOSA DOS SANTOS
55	REGIANE ALVES FERREIRA
56	ROSANA DA TRINDADE LOPES
57	ROSANGELA TEIXEIRA DE ARCANJO
58	SHARLA PEREIRA DA SILVA
59	SILVANA APARECIDA RODRIGUES
60	SIMONE APARECIDA DOS SANTOS
61	SIMONE EVANGELISTA LACERDA
62	SONIA DE OLIVEIRA BUENO
63	TAIS FERNANDA DA SILVA
64	TAMIRES ANDRADE DA SILVA

65	TATIANA DE LIMA BARBOSA
66	TERESINHA APARECIDA GONCALVES BUENO
67	VALDINELIA SANTANA SANTOS
68	VANESSA GONCALVES DA SILVA
69	VANUSA BARBOSA DA SILVA

Areli Formaggio de Oliveira
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social